

# NO SOCIALISMO ESTÁ A SOLUÇÃO PARA A CRISE ECONOMICA E POLITICA

## ORIENTAÇÃO PARTIDARIA EM FACE DA SITUAÇÃO POLITICA DO PAIS.

Resoluções aprovadas na ultima reunião plenaria da Comissão Nacional do Partido Socialista Brasileiro

Com a presença de seus membros residentes no Rio de Janeiro e alguns representantes de Comissões Estaduais, esteve reunida, nos dias 13, 14 e 15 de dezembro ultimo, a Comissão Nacional do Partido Socialista Brasileiro. Embora se tratasse de reunião ordinária, prevista nos estatutos, revestiu-se ela de importância, não só em virtude das circunstâncias excepcionais que atravessa o país, como por ter sido a primeira vez que a direção nacional do nosso Partido, em reunião plenária, examinou qual deveria ser a orientação partidária em face da situação política brasileira, depois dos ultimos acontecimentos.

Os trabalhos foram iniciados com a leitura de alguns relatórios procedentes dos Estados, depois do que o companheiro João Mangabeira, presidente da Comissão Nacional, anunciando a ordem do dia, fez breve exposição da conduta da direção do Partido até então mostrando qual tinha sido a sua linha política, tanto em face do governo, como dos partidos políticos e notadamente do comunismo. Abrindo a discussão do assunto, falou a seguir o companheiro Hermes Lima, dizendo que não via motivo para uma alteração fundamental da nossa orientação partidária, a não ser numa demonstração de simpatia aos objetivos visados pelo acordo inter-partidário. No seu entender, poderia reverter-se de maior significação para o retorno do país ao regime da lei, de que estava fugindo em face da política reacionária do governo. Esse ponto de vista foi combatido pelo companheiro Osório Borba e outros que, em apertes, demonstraram a impossibilidade do nosso Partido assumir um compromisso de apoio àquele acordo. O companheiro Alceu Marinho do Rego, depois de se reportar ao discurso de Hermes

Lima, dele discordou na parte que se referia à manutenção da orientação do Partido em relação aos comunistas, entendendo ser um dever dos socialistas atacá-los de frente. E justificou seu ponto de vista, dizendo que o mundo estava dividido em dois blocos políticos antagonicos — a democracia e o comunismo — sendo dever daqueles que se dizem democratas assumir uma atitude consequente de luta aberta contra os comunistas.

Falando, então, em nome da Comissão Estadual de São Paulo, concordamos, em parte, com Marinho do Rego, quando ele propunha uma mudança de orientação do nosso Partido em relação aos comunistas, que deveriam responsabilizar pelo mau uso das liberdades democraticas de que o país começara a gozar após a queda da ditadura, entendendo, entretanto, que, na luta entre os dois blocos imperialistas que divide o mundo, os socialistas deveriam orientar-se, não no sentido de apoiar qualquer deles, mas, denunciando seus objetivos guerreiros e de dominação imperialista, abrir as perspectivas de uma terceira frente de luta pela paz, pelo socialismo e pela liberdade. No plano nacional, não poderíamos comprometer nossa orientação politica de oposição programática ao governo, aprovando uma moção de simpatia ao acordo inter-partidário, porque isso seria aquela prevista em nosso programa socialista. E, depois de outras considerações sobre qual deveria ser a conduta da direção nacional do nosso Partido em face da situação do país, propuzemos fosse constituída uma comissão para elaborar um projeto de resolução que definisse a nossa orientação partidária, tendo em conta, sobretudo, a necessidade

(cont. na 2.a pagina)



ANO I

10 de Janeiro de 1947

N.º 3

BOLETIM INTERNO DO

**PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO**

EDITADO PELA COMISSÃO ESTADUAL DE SAO PAULO

## A UDN NO GOVERNO

Desde a data de sua eleição, o governo do sr. Eurico Gaspar Dutra encontrava-se minado por uma contradição interna visível aos olhos de todos. Consistia ela em que o Partido Presidencialista, ditado social-democrático, é um sachê de gatos de raras proporções, contendo, qual baú velho, toda a sorte de trastes. Ele foi a não construída às pressas, quando começou a fazer água a nave do Estado Novo, e para ela se contrabandearam todos os aproveitadores do velho regime, todos os velhacos e toda a velharia carunhosa enquistados no pau pódre do edificio que vinha abaixo. A bem dizer, o atual presidente da República era a figura mais representativa dessa fauna, e não foi sem razão que mereceu a distinção de candidato da "troupe".

Acontece, porém, que enquanto o sr. Dutra, uma vez eleito, passou a ter interesses efetivamente contrários aos do sr. Getúlio Vargas, a quem tão bem soubera servir durante toda a época ditatorial — a proclamação dos seus acompanhantes, a esdrúxula formação dos social-democratas do opera bufa, continuavam com um pé em sua copa e o outro na cozinha do ex-ditador, a boca nas tomeiras dos tonéis do Estado, mas o cordão umbelical sempre preso à sua matriz quemista. Fundamentalmente, acontecia que os integrantes desse "partido", obrigados a abjurar de sua verdadeira fé totalitária ao ser feita a reestruturação institucional e tendo que passar a andar fantasiados de democratas, continuavam, de alma, reacionários consequentes, incapazes de combater de fato o núcleo fascista que o sr. Getúlio Vargas fez questão de conservar, para eventuais necessidades.

O sr. Dutra necessita, hoje, defender a legalidade, pois somente dela tira a sua força — muito embora à sua mentalidade deformada de homem que aprendeu o ABC político na escola do Es-

tado Novo só ocorra defender a Constituição atirando-lhe pedras à cabeça, para afastar as moças comunistas que perturbam o sono da Maçonaria. Deixado para lá de acabar, porém, por trucidar o regime que sente ser de seu interesse preservar.

Mas as ratazanas que se juntaram à sua volta o que querem é roer, e nenhum escrúpulo sentirão, por certo, em fazer frente comum com quem quer lhes possa abrir a porta da dispensa. Disso resulta que os supostos sustentáculos do governo estão sempre a correr-lhe as bases — como no caso da candidatura Cirilo — e o sr. Dutra sente o chão fugir-lhe sob os pés.

### PROTESTO

A Comissão Executiva estadual do P.S.B. aprovou a seguinte resolução:

"A Comissão Executiva Estadual do Partido Socialista Brasileiro, tomando conhecimento dos ultimos atentados às liberdades democraticas em São Paulo, especialmente o que se verificou em frente à Assembléia Legislativa do Estado, e considerando que constitui dever elementar de todos os democratas sinceros denunciar tais atentados e exigir a punição dos responsáveis pela sua pratica — resolve:

"1.º) Manifestar sua plena convicção de que é o governo do Estado de São Paulo o principal responsável pelas ocorrências verificadas em frente ao palacio 9 de Julho, tornando-se deste modo, cúmplice de verdadeiro acinte ao poder legislativo.

"2.º) Repelir este e outros atos que vêm sendo praticados no Estado, diretamente pela policia ou com sua cumplicidade, como atentados flagrantes ao regime de legalidade democratica estabelecido pela Constituição Federal;

(cont. na 3.a pagina)

Sua guinada no sentido da UDN é, pois, não só compreensível, como, do ângulo de seus interesses vitais. A UDN ainda é o grupo que representa a aparência de legalidade que os socialistas, dentro do conceito dos partidos liberais-burgueses, PSD, IPR, PST, PTN, PSP, PL, são taboetas fixas dando denominação a quadros na verdade móveis e instáveis, que se deslocam sob a pressão de interesses pessoais ou quando muito regionais. A direção da UDN também sente que não pode manter muito firmes as amarras que ligam suas peças, sendo obrigada a tolerar que um ponderavel grupo de parlamentares se insurja contra uma decisão oficial, num caso de importância fundamental como o da cassação de mandatos. Mas seria inteiramente ridículo querer negar ao partido formado sob o égide do Brigadeiro uma linha média de coerência e de coesão, através os diferentes episódios que têm marcado a crise brasileira, nos últimos dois anos.

Deve-se, aliás, levar ao crédito desse partido boa parte do mérito resultante do fato de termos chegado e ainda hoje nos encontramos sob regime constitucional. O sr. Dutra antes de mais ninguém deve reconhecer que, si a sua eleição foi possível, isso se deveu, em grande parte, à firmeza com que os udenistas se bateram pela solução democratica, em oposição a getulistas e comunistas. A coerência com que, em geral, a UDN tem seguido o seu roteiro, fez com que aumentasse o seu peso especifico dentro dos quadros políticos nacionais. E nada de estranho ha, assim, no fato de ser ela chamada a participar do governo, quando se ampliam as rachas na organização pedesista, o ponto do próprio lider da maioria se passar para o campo dos adversários do oficialismo.

(cont. na 2.a pagina)

## O CAPITALISMO DEIXOU O BRASIL ASSIM

# 3 milhões



## DE CRIANÇAS ABANDONADAS

SÓ O SOCIALISMO RESOLVERÁ ESSE PROBLEMA

# Orientação partidária em face da situação política do país.

(conclusão da 1.ª página)

de ser assegurada a maior independência do movimento socialista em relação ao comunismo e à reação, de modo a ser preservada, de modo claro e inconfundível, nossa atuação democrática e socialista na política do país.

Falou a seguir o companheiro Castro Rebello, cuja intervenção foi decisiva para acentuar a linha de conduta a ser seguida pelos socialistas, mostrando que o simples fato de termos adotado um programa socialista democrático já implicava numa definição de nossa luta política em relação aos comunistas, cujo espírito e métodos totalitários eram negáveis, e em relação aos reacionários, cujos objetivos eram por demais conhecidos. Por isso mesmo, negava-se a encerrar a situação internacional como estando enfiada nas pontas do dilema formulado por Alceu Marinho do Régio. Não afirmou — os socialistas devem constituir uma terceira força, que, aglutinando as grandes massas trabalhadoras do mundo, será capaz de impedir a guerra, restringindo a voracidade dos imperialistas norte-americanos e impedindo que os russos totalitários avassalem a humanidade. Esse é o caminho do socialismo democrático, cujos frutos já começam a aparecer através das medidas adotadas pelo governo trabalhista na Inglaterra e por outros governos socialistas na Europa.

Depois de se manifestarem ainda, sobre o mesmo assunto, outros companheiros, foi aprovada a nossa proposta, no sentido de ser constituída uma comissão para redigir um projeto de resolução que ficou integrado por Castro Rebello, Hermes Lima, Domingos Veloso e pelo autor deste relatório.

Marcada nova reunião para o dia seguinte, a Comissão Nacional aprovou, por unanimidade, depois de breves debates e com algumas emendas ao projeto primitivo, a seguinte resolução, que fixa a orientação do Partido em face da situação política nacional:

"A Comissão Nacional do Partido Socialista Brasileiro, reunida para exame da situação política do país e, considerando o ambiente de incertezas decorrente dos últimos atos da Constituição e à democracia, resolve reafirmar sua confiança no socialismo como solução para a crise econômica e política em que se debate a humanidade, e na aptidão dos processos democráticos para sua realização. Fortalecida por essa confiança, recomenda aos organismos de direção e de base do Partido:

1.º) — a necessidade de pugnar por todas as medidas tendentes a melhorar as condições de vida do trabalhador e da classe média;

2.º) — a defesa intransigente das garantias legais e constitucionais relativas à liberdade individual e ao trabalho em suas múltiplas modalidades;

3.º) — o apoio, em consequência, a qualquer ato governamental praticado nesse sentido e o combate intransigente a qualquer lei ou providência que, ostensiva ou encobertamente, vise favorecer grupos ou indivíduos em prejuízo do povo;

4.º) — a rigorosa defesa da autonomia dos Sindicatos e consequente condenação de qualquer

interferência governamental ou partidária neles;

5.º) — a manutenção de linhas divisórias precisas entre o Partido Socialista Brasileiro e as demais organizações partidárias do país;

6.º) — o reforçamento da repulsa a qualquer manifestação de origem reacionária e a qualquer atividade política de inspiração franca ou disfarçadamente totalitária, de modo que assegure ao Socialismo democrático a possibilidade de pleno desenvolvimento;

7.º) — a adoção de medidas de organização adequadas à plena execução das diretrizes indicadas nesta resolução".

Foi aprovada também, nessa reunião, uma proposta apresentada por nós, no sentido de que fossem recomendadas aos órgãos executivos do Partido Socialista Brasileiro as seguintes medidas de caráter organizativo:

1.º) — constituição de uma Comissão de Estudos Legislativos, integrada pelos representantes parlamentares do Partido, por companheiros especializados em assuntos a serem focalizados e por simpatizantes nas mesmas condições, com o objetivo de facilitar as tarefas dos deputados e vereadores socialistas;

2.º) — racionalização de seus serviços de secretaria e demais órgãos encarregados de tarefas especializadas, de modo a tornar mais eficiente e rendoso o trabalho partidário e para que haja maior responsabilidade por parte dos encarregados desses serviços;

3.º) — elaboração de um plano programático, com análise detalhada da situação brasileira em face da crise mundial do capitalismo, de modo a justificar as soluções propostas pelo nosso programa partidário;

4.º) — elaboração de um projeto de Regimento Interno, destinado à C. E. N. e às CC. EE., que sirva de modelo àquele que deverá ser adotado pelos órgãos dirigentes do Partido, de acordo com os Estatutos;

5.º) — adoção de medidas urgentes para concretização do plano de lançamento de um jornal partidário, de caráter nacional e cuja circulação seja assegurada em todo o país;

6.º) — excursão de parlamentares e outros dirigentes socialistas aos Estados onde ainda não tenhamos base organizativa ou esta se encontre em dificuldades de desenvolvimento, afim de facilitar a organização e as tarefas do Partido;

7.º) — maior intercâmbio de informações entre a Comissão Executiva Nacional e as Comissões Estaduais, bem como destas entre si, para estimular o trabalho partidário em todo o país e evitar divergências na orientação geral da política do Partido.

Foi resolvido ainda, nessa sessão, em face de consulta feita pela Comissão do Distrito Federal, que a Comissão Nacional não fazias objeção ao ingresso nas fileiras do Partido aos elementos que integram o chamado grupo de "Avanguarda Socialista", desde que para tanto não houvesse desrespeito a dispositivos estatutários, mormente aquele que se refere à filiação a outra organização partidária.

No dia seguinte, realizou-se a última sessão, durante a qual, de-



## A UDN NO GOVERNO

(conclusão da 1.ª página)

Como socialistas democratas, parece-nos que deveremos ver com ceticismo e com pesar a participação da UDN nas responsabilidades do atual governo. A administração do sr. Dutra está por demais tomada pelos vermes da reação e do negociamento, para que possa ser salva mediante um simples banho de liberalismo. A UDN entrará para o governo sem que dele tenham saído as suas figuras mais expressivas, no pior sentido da palavra. Na casa do governo ou nos jardins do palácio continuam a residir ou a passear os mesmos Geos Monteiro, Simonsen e Felinto Muller, os mesmos Moran, Benedito e João Alberto, acompanhados pela eterna nuvem de mosquitos miudos que sempre os secundaram.

O mergulho dos udenistas nesse charco terá como primeira consequência o fazer cessar quase toda a ponderável força de oposição democrática que até aqui tem contido grande número de botes da reação. Ela virá quebrar a fibra da organização udenista, que pôde manter-se de pé justamente porque ainda não cedera. Ela desmoralizará fortemente numerosos dos mais destacados líderes udenistas, levados a cessar de reclamar, ou pelo menos a com elas pactuar pela inércia. Ela poderá determinar, quando muito, o grito de alerta de um ou outro de seus expoentes, que em breve não deixarão de ver a teia em que vão sendo enfiados. Mas ela não poderá condu-

zir o país à ordem política, e menos ainda ao progresso econômico.

A ordem política sómente poderá ser instaurada no país por um partido que, como o Partido Socialista Brasileiro, recuse toda e qualquer espécie de conchavo com forças reacionárias, e que não deixe de, permanentemente, denunciar, localizar e combater essas forças. A democracia política não pode progredir à base de "acórdos" entre correntes divergentes, mas à custa do esclarecimento do povo, do levantamento de seu nível político, da intensa participação popular no processo governamental, e da afirmação clara e precisa dos pontos fundamentais que dão razão de ser a um partido verdadeiramente democrático.

O progresso econômico do país, por igual, não pode ser conduzido sem uma prévia definição da orientação geral, a saber, se se procurará atender aos interesses dos capitalistas, ou se se trabalhará pela elevação do nível de vida do povo. Povo e capitalismo são antagônicos, e a melhoria das condições de vida da população só pode ser obtida mediante o cerceamento dos privilégios da minoria capitalista. Ou bem damos a primazia aos banqueiros que querem receber juros, aos fazendeiros que desejam viver da renda da terra, aos industriais interessados apenas nos lucros de suas indústrias, aos comerciantes atentos à margem de suas porcentagens — ou bem voltamos os olhos à consideração das necessidades gerais da Nação. E então será evidente que, para cobrir o "deficit" tremendo do nível de vida em que vegetam os operários, os trabalhadores das fazendas, os comerciantes e os profissionais liberais, não há senão cortar no "superavit" das "classes conservadoras". Não mediante o processo simplista de meter a mão no bolso de um, para dar ao outro como esmola, mas através uma política séria e planejada de socialização democrática, que transforme em rendimento social aquilo que hoje é rendimento de economia privada.

Arnaldo Pedrosa d'Horta

### PREÇO DESTA EXEMPLAR

Cr. \$ 1,00

Pague o preço do seu exemplar de FOLHA SOCIALISTA, afim de permitir a saída regular do Boletim Interno do Partido.

pois de um exame auto-crítico das atividades partidárias em todo o país, mormente no que dizia respeito à eleição de elementos comunistas sob a legenda do Partido Socialista Brasileiro, foi aprovada uma resolução advertindo as Comissões Estaduais da inconveniência de tais procedimentos, por serem "altamente prejudiciais ao Partido".

Finalmente, depois da aprovação de um voto de congratulações pela atuação decisiva dos deputados socialistas na luta parlamentar contra a cassação dos mandatos comunistas, foi encerrada a reunião da Comissão Nacional, cujos trabalhos muito contribuíram, certamente, para que o Partido Socialista possa colocar-se à frente do povo brasileiro, nesta nova fase política em que o país vai entrar.

PLINIO GOMES DE MELLO

## ECONOMIA E SOCIALISMO

(conclusão da 4.ª página)

pios ideológicos, o programa partidário, os planos escritos no papel, praticamente não funcionam; e nem podem funcionar, porque um partido é a expressão de interesses econômicos e, no panorama brasileiro, reina a confusão dos interesses e das medidas — os partidos burgueses se revelam incapazes de superar o problema e, por isto mesmo, tendendo, sempre, para o golpe salvador.

Ora, analisando com objetividade, veremos que a situação indicada acima é contraditória dentro do regime capitalista e em função da incapacidade política dos partidos burgueses. A planificação socialista não só o resolverá como transformará os interesses locais — agora em atrito com os interesses internacionais da burguesia dominante — numa oportunidade fecunda de desenvolvimento econômico.

Por isto mesmo, não devemos pensar, para o caso brasileiro, em planificação totalitária, que enfiava nas mãos do governo uma soma ilimitada de poderes, rigorosamente centralizados. A principal razão é, justamente, a existência desses interesses e necessidades locais, que se contrapõem de certo modo às exigências de uma política voltada para o mercado internacional. O maior problema do Brasil consiste em dar vida às suas diferentes regiões; em incentivar as forças criadoras de cada zona, de cada município. Uma planificação econômica e eficiente, teria de se basear, não na nacionalização dos meios de produção, dum modo geral e sistemático, mas confor-

me um sistema triplice — na passagem de alguns meios para a nação, de outros para os estados e de outros, finalmente, para os municípios. O município passaria, assim, a desempenhar o alto papel que lhe cabe na vida social do país, tornando-se, graças a uma autonomia fundamentada economicamente, num foco de cultura e de progresso. A vida democrática se organizaria com uma pujança até aqui insuspeitada, desaparecendo o espectro da compressão totalitária que decorre de toda centralização excessiva. O federalismo — na sua acepção mais alta — foi sempre um ideal do socialismo, que deseja, precisamente, a distribuição das tarefas e das responsabilidades para desenvolver e preservar a liberdade humana. O desenvolvimento do capitalismo moderno põs na ordem do dia todas as espécies de centralização — desde a concentração industrial até o desenvolvimento anormal das cidades, fatores, um e outro, de desequilíbrio na vida social. Cabe ao socialismo democrático formular as soluções mais atuais para os grandes problemas do nosso tempo, propagando na vida econômica o mesmo espírito de descentralização que caracteriza a sua estrutura partidária e que permite a maior iniciativa de base dentro da unidade de objetivos. Só o grupo partidário, na atividade política, e o município efetivamente autônomo, na organização econômica, permitem a realização da liberdade e o funcionamento harmonioso da vida coletiva.

ANTONIO CANDIDO

## Assistência Médica, Função Pública

(conclusão da 4.ª página)

A organização socialista da sociedade pretende sanar todos esses males, pois, o trabalhador terá a parte paga do seu esforço de produção, além de que auferirá o Estado os excessos do valor da produção e terá possibilidades financeiras para acudir às necessidades públicas no setor da saúde.

A assistência sanitária pode ser encarada de duas maneiras diversas, a saber: a parte que procura resolver os problemas globais e sociais da assistência médica, os problemas gerais da medicina pública e a outra que trata de atender a cada cidadão no seu caso individual e pessoal. Trataremos dessas questões noutros artigos.

ALIPIO CORRÊA NETO



## BALANCETE

do 1.º número de "Folha Socialista"

### RECEITA:

Venda na Capital: Cr\$ 289,00  
Em Mogi das Cruzes \$ 30,00  
Contribuição ..... \$ 1.500,00  
Total ..... \$ 1.819,00

### DESEPEZA:

Tipografia ..... \$ 1.500,00  
Clichês ..... \$ 104,00  
Correio ..... \$ 96,00  
Total ..... \$ 1.700,00  
Saldo ..... \$ 119,00

## COMUNIQUE

A redação de FOLHA SOCIALISTA qual a matéria que nela deseja ver publicada, quais os assuntos que devem ser tratados, quais os problemas a respeito dos quais deve ser conhecida a posição dos socialistas.

Faça com que o seu Grupo ou a sua Comissão discuta a matéria aqui publicada e escreva ao boletim do partido informando sobre as atividades do seu organismo.

FOLHA SOCIALISTA não tem outra finalidade senão ajudar o trabalho de construção do partido. Ajude-a a preencher essa finalidade, utilizando-se dela permanentemente.

## PEDIMOS

aos Grupos da Capital e às Comissões Municipais do Interior que nos remetam com urgência o pagamento dos exemplares já recebidos de FOLHA SOCIALISTA.

Pedimos também que nos comuniquem sem demora qual o número de exemplares do boletim interno que desejam receber de futuro.

Tanto o pagamento como a comunicação devem ser dirigidos ao gerente de FOLHA SOCIALISTA.

## CONFERÊNCIAS

### Palestras e Discussões Políticas

podem ser realizadas, por uma equipe destacada pelo Grupo dos Jornalistas, nas cidades do Interior do Estado que desejarem estabelecer esse intercâmbio partidário. As comunicações nesse sentido devem ser dirigidas à Comissão Estadual do partido.

### DIAS DE REUNIÃO DOS

### ORGANISMOS PARTIDÁRIOS

Comissão Executiva Estadual: às 5as. feiras, às 20,30 horas, à praça da Sé n.º 237, 2.º andar.

Comissão Executiva Municipal: às 3as. feiras, às 20,30 horas, à praça da Sé n.º 237, 2.º andar.

Grupo do Centro da Cidade: às 4as. feiras, às 20,30 horas, à praça da Sé n.º 237, 2.º andar.

Grupo Profissional dos Jornalistas: às 2as. feiras, às 17,30 horas, à rua Bráulio Gomes n.º 23, sala 1002.

NOTA: — Nesta secção daremos regularmente notícia das reuniões dos organismos partidários, desde que nos sejam comunicadas com a necessária antecedência.

— Todos os organismos partidários devem reunir-se pelo menos 2 vezes por mês, e sempre que possível, semanalmente.

## CAMPANHA PRÓ-SEMANARIO SOCIALISTA

A Comissão Estadual encarregou os companheiros Alípio Corrêa Neto, Caetano Alvares, Cory Porto Fernandes, Holda Malanconi e Febus Gikovate de elaborar um plano para a campanha financeira que possibilite o lançamento do semanário socialista. Essa comissão solicita aos companheiros da capital e do interior que lhe enviem suas sugestões para a referida campanha.

## Comissão de Estudos Técnicos

A Comissão Executiva Estadual designou o companheiro Lourival Gomes Machado para orientar os trabalhos da Comissão de Estudos que deverá acompanhar a atuação dos vereadores socialistas eleitos em diversas cidades do Estado.

Em todas as cidades em que o partido tenha eleito vereador, uma Comissão de Estudos deverá ser

formada, anexa à Comissão Municipal, de modo a permitir que os vereadores socialistas trabalhem de maneira partidária e eficiente.

Quaisquer esclarecimentos sobre o assunto devem ser pedidos ao companheiro responsável por esse trabalho perante a Comissão Estadual.

## Reunião Plenária

De acordo com uma resolução aprovada pela Comissão Executiva, as reuniões plenárias da Comissão Estadual passarão a ser realizadas, bi-mensalmente, em cidades do

Interior do Estado.

A próxima reunião plenária será realizada na cidade de Bauri no mês de fevereiro.

## Serviço de Assistência da C. M. de São Paulo

A Comissão Municipal de São Paulo do P.S.B., já organizou, por intermédio do grupo profissional dos Médicos, o seu primeiro serviço de assistência aos membros do Partido no município de São Paulo. Todo membro do Partido em gozo de direitos partidários, na forma dos Estatutos terá assegurado o direito a consultas médicas inteiramente gratuitas. Por ora o serviço de assistência médica se limitará às consultas, que serão dadas pelos médicos filiados ao Partido, entre os quais se encontram alguns dos mais ilustres representantes da classe médica de São Paulo. Na medida do possível, porém, esse serviço de assistência será ampliado, com o fornecimento de medicamentos, assistência hospitalar, etc. O grupo dos Médicos do P.S.B. deliberou que cada um de seus membros fornecerá gra-

tuitamente duas consultas diárias a membros do Partido, e, contando aquele grupo com mais de vinte e cinco membros, temos já asseguradas mais de cinquenta consultas gratuitas diárias aos membros do Partido em São Paulo.

A Comissão Municipal está também organizando os serviços de assistência jurídica aos membros do Partido, por intermédio do grupo profissional de Advogados, em organização. Por ora, a C.M. está habilitada a atender a consultas jurídicas, através dos advogados filiados ao Partido em São Paulo.

Qualquer membro do Partido interessado na obtenção de assistência médica ou jurídica poderá procurar a Comissão Municipal ou a companheira Sofia Campos Teixeira, encarregada desse setor de afinidades.

## ASSEMBLÉIA MUNICIPAL da CAPITAL

Por decisão da Comissão Executiva Municipal de São Paulo, ficou designado o dia 19 do corrente mês de janeiro, às 20 horas, na sede municipal do Partido, à Avenida Rangel Pestana, 993, para realização da Assembléia Municipal que deverá eleger a nova Comissão Municipal, com mandato até 19 de julho de 1948. Na forma dos Estatutos, deverão comparecer à Assembléia, com direito de voto, os delegados de grupos organizados em São Paulo. Poderá comparecer, também, com direito de palavra, qualquer membro do Partido.

Na Assembléia Municipal será apresentado um relatório dos trabalhos da atual Comissão Municipal, cujo mandato termina no dia 19 de janeiro corrente. Será apresentado, também, para discussão e aprovação, o projeto de Regimento Interno elaborado pela Comissão Executiva Municipal. Outros assuntos serão tratados, inclusive debates e resoluções sobre a situação política geral e local.

Todo membro do Partido Socialista deve pagar uma contribuição mensal. Essa é a única fonte de renda do Partido Socialista Brasileiro

## Grupo da Lapa

Do companheiro Hozair Motta, presidente desse Grupo, recebemos uma carta em que nos solicita sejam reservados 20 exemplares de cada Boletim para o Grupo, declarando esperar aumentar em breve esse número. A direção do Grupo da Lapa dirigiu a todos os membros desse organismo uma circular que adiante transcreveremos, tomando assim uma iniciativa digna de ser imitada pelos demais grupos de base da capital. E a seguinte a circular:

"Como é do conhecimento do companheiro, o PSB já está editando um boletim interno, prenúncio de uma futura edição diária, que provavelmente virá constituir o jornal de nosso partido. Atualmente a FOLHA SOCIALISTA está sendo editada duas vezes por mês e está sendo vendida a Cr\$ 1,00 cada número. O signatário, em nome do Grupo da Lapa, tem o prazer de enviar-lhe o 1.º e o 2.º números, solicitando ao companheiro que os leia e passe para um simpatizante de nosso partido. Os partidos políticos sem ideal só trabalham na ocasião das eleições, mas nós socialistas fazemos questão que todos os nossos companheiros sejam pessoas esclarecidas, e que mantenham um espírito alto de luta permanente em prol dos ideais socialistas".

## JAUÍ

Do companheiro secretário-geral da comissão municipal de Jaú recebemos uma carta acompanhada de um cheque de Cr\$ 100,00 para pagamento dos exemplares do Boletim recebidos, e contendo as seguintes informações sobre as atividades partidárias: Em reunião realizada a 15 de dezembro a Comissão Municipal de Jaú constituiu pela seguinte forma a sua Comissão Executiva: presidente, Virgílio de Barros Toledo; secretário-geral, Alvaro Gomes dos Reis; secretário, Aristides Ribeiro da Costa, tesoureiro, Virgílio Sales Malta; secretário de propaganda, Cesar Pereira da Silva Machado; secretário sindical, Belmiro José Monteiro; secretário de arrematamento, Fernando Maldonado Loureiro. São ainda membros da comissão executiva, na qualidade de efetivos sem cargo, Antonio Marques de Toledo e José Helmeister Martins sendo que ainda faz parte da comissão municipal o companheiro Waldomiro Rezende Ribeiro. Em reunião realizada a 22 de dezembro a comissão executiva escolheu, para membros da Comissão de Estudos, destinada a colaborar com o vereador eleito, os companheiros Fernando Maldonado Loureiro, Cesar Ferreira da Silva Machado e José Helmeister Martins, comissão essa que já se instalou, sob a presidência do primeiro e secretariada pelo segundo de seus integrantes.

A Comissão Estadual do partido espera que as comissões municipais das demais cidades em que o PSB elegeu vereadores sigam o exemplo da de Jaú, constituindo sem demora a respectiva Comissão de Estudos.

## SÃO FATOS

Quando, na Comissão de Justiça da Câmara Federal, se discutia a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, o sr. Eurico de Souza Leão declarou que fecharia seus ouvidos a razões e votaria pela medida porquanto assim deveria agir como filho e neto de senhores de engenho. O sr. Flores da Cunha, da U.D.N., com "o coração cortado", assumiu idêntica atitude, propondo contudo que a medida fosse tomada graças à escapatória constitucional que permite a expulsão de deputados que atentem contra o decore parlamentar. O sr. Ataliba Nogueira, do P.S.D. paulista, aproveitou a oportunidade para fazer profissão de fé monarquista.

No dia seguinte, a imprensa oficiosa e reacionária recrudescia em sua campanha de desmoralização do legislativo.

O orçamento federal aprovado para 1948 tem uma receita orçada em 14 milhões e meios de contos de reis. A despesa, praticamente da mesma importância, destina 33,8% dos dinheiros públicos (cinco milhões de contos) ao pagamento das forças arma-

das. Se as despesas com os militares inativos superam as verbas destinadas ao Ministério da Educação, ou ao da Viação, ou ao da Agricultura. Se, deixando de lado a divisão das verbas por ministérios, examinar-se o orçamento globalmente, verificar-se-á que os gastos com pessoal (seis milhões de contos) representam 41% do orçamento. Esses dados foram publicados, em primeira mão, pelo jornalista Vivaldo Coaracy, que jamais poderá ser acusado de convicções socialistas.

LOURIVAL GOMES MACHADO

## PROTESTO

(conclusão de 1.º pagto)

"3.º) Reafirmar sua posição intransigentemente contra a todos os atentados à democracia, partam de onde partirem, sejam contra quem forem, mesmo contra aqueles de quem os socialistas divergem politicamente;

"4.º) Apesar de profundas divergências com os comunistas responsáveis pelo mau uso das liberdades democráticas, tanto aqui como noutros países, os socialistas visam, na presente oportunidade, apenas ao governo, solapador da Constituição, protestando, pois, com toda a veemência, contra os atentados à liberdade de manifestação política, bem como contra a cassação dos mandatos conferidos pelo povo aos representantes comunistas e concita o povo à luta sem treguas contra todos os inimigos da liberdade e do socialismo"

# RESENHA INTERNACIONAL

A CONFERÊNCIA DOS CHANCELERES, reunida em Londres, adiou os trabalhos "sine die" depois de semanas de discussões, sem ter chegado ao menor acordo em torno dos problemas debatidos. O fato a ninguém surpreendeu.

Os dois principais antagonistas — Estados Unidos e Rússia — apresentaram-se na arena, dispostos a não fazer a menor concessão. As acusações recíprocas continham grande parcela de verdade e mostraram aos olhos de todos o conteúdo imperialista e expansionista de ambas potências. A Rússia queria a imediata unificação política da Alemanha, com um governo fiter, filo-soviético, e o pagamento das reparações (dez bilhões de dólares).

A Inglaterra e a França, embora movidas por razões diferentes, inclinaram-se para a posição americana.

Na realidade, tanto a Rússia como os Estados Unidos, não queriam a solução imediata do problema — a paz com a Alemanha — para não se verem obrigados a retirar as tropas e abandonar as posições, tão valiosas na eventualidade de um conflito armado. A questão da Austria permaneceu em ponto morto, aparentemente devido à dificuldade de definir o conceito de bens alemães. No fundo da questão está o interesse em prolongar a ocupação soviética da Austria, que justifica a manutenção de tropas na Hungria e Rumania, países com os quais já foram assinados os tratados de paz.

Como decorrência do fracasso, já previsto, da conferência de Londres, intensifica-se a guerra fria, que se centraliza em torno do plano Marshall.

A batalha decisiva se avizinha em cada um dos países da Europa Ocidental.

NA INGLATERRA, onde o governo trabalhista está realizando a primeira experiência prática do socialismo democrático, o ponto máximo da crise econômica está sendo lenta e sistematicamente superado. Na batalha do carvão, talvez a mais decisiva, a vitória se inclina para os trabalhistas. Na semana que terminou em 6 de Dezembro, foram batidos todos os recordes de produção de carvão, desde a queda de Dunquerque, em 1940. Foram extraídas 4.293.000 toneladas de carvão. Este resultado foi atingido exclusivamente em função da consciência socialista dos mineiros. O governo não lançou mão de medidas coercitivas, não limitou os direitos fundamentais dos mineiros, que por diversas vezes foram à greve nos últimos meses.

Também no terreno político tiveram os trabalhistas uma vitória espetacular, vencendo as eleições suplementares de Gravesend, em condições bastante difíceis. A derrota dos socialistas nas eleições municipais de 1 de novembro, perde assim o sentido, que muitos lhe queriam dar, de uma reviravolta radical da opinião pública inglesa.

NO CONGRESSO COMUNISTA realizado depois do fracasso da conferência de Londres, Harry Pollit emveredou para a linha do Cominform. Confessa os "seus" erros e descobre, de repente, que a batalha da produção não favorece a população trabalhadora e sim os desígnios imperialistas. Promete corrigir os erros cometidos e combater as ilusões a respeito do governo trabalhista e lançar-se na luta decisiva contra o governo. Greves e atos de sabotagem serão tentados. As probabilidades de êxito são reduzidas, devido à pequena influência.

NA FRANÇA, SCHUMANN, apoiado pelos socialistas, consegue debelar a crise trabalhista. Na realidade houve apenas um recuo estratégico dos comunistas, que verificaram — as votações secretas o provaram em mais de uma empresa — a impopularidade das greves em muitos setores operários e temiam uma derrota em campo aberto. A G. G. T. cindiu-se, tendo a minoria não comunista, com Léon Jouhaux, abandonado os postos de direção. A batalha deverá ser em breve reiniciada, tendo por pretexto o plano econômico-financeiro do governo francês e a aplicação do plano Marshall.

NA ITALIA os republicanos e os socialistas independentes entram para o gabinete De Gasperi. Saragat ocupa a pasta de socialização, convicto de que será possível imprimir uma orientação socialista-democrática ao governo De Gasperi. Os comunistas, apoiados pelo grupo de Nenni, contando com o domínio quasi absoluto da G. G. T., preparam-se para a ofensiva contra o "domínio da Itália pelo imperialismo americano através do plano Marshall". Já lançaram mais de uma vez ameaças veladas, insinuando a possibilidade de desprezar os meios democráticos de luta e passar à ação insurrecional.

A TERCEIRA FORÇA — Assistimos, em toda a Europa Ocidental, a reedição do célebre terceiro período da I. C., quando os socialistas foram classificados de social-fascistas e contra eles foi desencadeada a luta, muitas vezes em frente-única com os nazistas. O resultado da política do terceiro período foi a vitória do fascismo e a segunda guerra mundial. A edição atual da mesma linha política levará a conseqüências análogas se os socialistas não se mobilizarem e não praticarem uma política audaciosa, cimentando a terceira força, única capaz de garantir a democracia, a marcha para o socialismo e a paz.

FEBUS GIKOVATE

## INSCREVA-SE

em seu Sindicato e aliste-se eleitor. Esses são dois deveres a que deve inicialmente corresponder todo militante Socialista.

# FOLHA

## socialista

Diretores responsáveis: { Antonio Candido e  
Araldo Pedroso D'Horta

Gerente: Febus Gikovate

REDAÇÃO: Praça da Sé, 237 - 2.º andar  
Tel. 3-2520 — São Paulo - Brasil

## ECONOMIA E SOCIALISMO

Nos artigos anteriores vimos a posição dos diferentes partidos no panorama político do Brasil. É preciso agora indicar pelo menos alguns aspectos da realidade econômico-social que esses partidos exprimem ou procuram exprimir.

O Brasil se desenvolveu como nação politicamente independente na fase em que a economia capitalista transformava o mundo num sistema de mercados. A economia moderna não permite, senão em escala reduzida, o desenvolvimento autônomo das economias nacionais. Tudo se liga, e os países dependem, cada vez mais, dos grandes centros em que se concentram as forças do imperialismo econômico. A primeira realidade que o brasileiro encontra pela frente é, portanto, a dependência estreita em que vivemos. Assim sendo, somos obrigados a seguir as oscilações dos líderes da economia mundial e a conseqüência disso é vivermos sem poder equilibrar duas forças contraditórias, que passamos a expor.

Com efeito, pelo fato de sermos um país predominantemente agrícola e pecuário, fornecedor de matérias primas e produtos alimentares, a maioria das nossas populações vive em estado de atraso, sem ligação com o progresso da vida moderna. Assim, desenvolvem-se necessidades locais muito específicas, requerendo medidas locais e economia orientada para as zonas do interior, já que o nível dessas populações coloca-nas, mais ou menos, conforme o caso, à margem dos tipos modernos de vida econômica. Por outro lado, como estamos na dependência dos grandes centros econômicos, a nossa economia é solicitada a cada momento pelo ritmo variável da economia mundial — o que acarreta a necessidade de uma política econômica de caráter geral, com medidas de larga escala, voltadas para as exigências da balança internacional de comércio. Até agora, não se estabeleceu, no Brasil, a difícil

harmonia entre estas duas tendências contrárias. As medidas oficiais ora se fazem sob o impulso dos interesses regionais, ora dos interesses gerais, provocando crises periódicas de carencia ou excesso, muito nossas conhecidas. Não é raro ver o governo incentivar, por meio de facilidades, promessas, propaganda, a cultura de um dado produto agrícola e, de repente, abandoná-lo à sua sorte, antes mesmo da colheita — gerando o desânimo do lavrador, desorganizando a produção e a distribuição, incentivando o êxodo rural.

Por motivos como este — que apenas tocamos de leve — os partidos burgueses se tornam, cada vez mais, representantes de interesses contraditórios. Quando estão no governo, é-lhes impossível resolver o que quer que seja, porque o seu espírito é a própria negação do único recurso viável, — a planificação socialista da produção e do consumo. Uns representam interesses predominantemente industriais, outros exprimem a nossa desmantelada economia agrícola. De modo geral, todos eles se debatem entre tres ou quatro correntes de interesses, dificilmente conciliáveis e, uns mais outros menos, servem de plataforma para as manobras do capitalismo bancário e industrial, nacional e estrangeiro.

Por tais motivos, a vida política do país se move em dois planos diversos: o dos interesses locais e o dos interesses gerais. Como uns e outros não se harmonizam na organização econômica, as tendências partidárias não se harmonizam, também, numa política fecunda. Assim, quem diz UDN no plano nacional não diz UDN no plano regional. Em cada município dos estados, o que vale é o prestígio pessoal de cada chefe, e os interesses mais urgentes da região, que não se enquadram as mais das vezes nas tendências gerais do interesse comum. Os principais

(cont. na 2.ª pag.)

## ASSISTÊNCIA MÉDICA, FUNÇÃO PÚBLICA

A Assistência médica à população, em geral, é um problema dos mais intrincados na sua execução, mas fácil na sua compreensão.

Preliminarmente, é função precípua do governo; mormente no regime capitalista. É função fundamental da ação governamental, e mesmo um dos seus deveres comeezhos, porque o bem estar da Nação depende em larga margem do seu bom estado sanitário e da saúde de cada cidadão em particular. Compete aos governos, portanto, promover os meios necessários para acautelar o estado sanitário de irrupção de moléstias endêmicas ou epidêmicas que venham perturbar a paz e a operosidade das populações. Si ao governo compete o amparo e a proteção do povo, não sei de que modo mais imediato o poderia fazer senão cuidando de sua saúde. Não há dúvida, portanto, que a assistência médica tem que ser a preocupação primordial dos governantes.

Acreditamos que é esta função muito mais importante e necessária no regime capitalista porque grande massa da população, os trabalhadores, em geral, só podem ser cuidados neste particular quando o Estado, através dos Governos, proporcione meios de os atender. Sabemos que ao operário, seja da cidade, seja do campo, não sobram meios que lhe permitam se socorrer dos médicos particulares para cuidar de sua saúde e da saúde de suas famílias. Os proletários são por outra parte, os homens que encarnam os elementos criadores de riquezas pelo seu trabalho. No regime capitalista este trabalho é mal remunerado. A atividade máxima do trabalhador não lhe traz em retribuição de pagamento a quantia suficiente para educar e tratar da sua própria saúde e de sua família.

Competiria ao Estado preencher a lacuna, mesmo em benefício do seu progresso, porque o elemento básico da sociedade, o proletário, só pode ser órgão de produção eficiente, quando dispoñha de boa saúde e se mantenha em grau ótimo de nutrição.

A deficiência de renda do operário é pura conseqüência da organização capitalista da sociedade, porque o excesso de lucro proveniente do pagamento ao trabalhador não vai ter aos cofres públicos, mas ao bolso do empregador, quase sempre já enriquecido. Cairmos assim rum impassível: o operário não pode prover as suas necessidades, porque não dispõe de meios; o Estado não pode socorrê-lo, porque o excedente do valor do trabalho não vai ter aos seus cofres. Do brinquedo o único a lucrar é o capitalista protegido pelas leis e feliz pela riqueza. A conseqüência é a miséria generalizada, as doenças a campear sem restrição e a debilidade física e a incapacidade produtiva do operário.

Este é o retrato do regime em que vivemos.

(cont. na 2.ª pag.)